

**Instrução Normativa Conjunta
ANVISA-MAPA nº 02 de 07/02/2018**

**MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO**

INC ANVISA-MAPA nº 02 de 07/02/2018

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA - INC Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA E O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das suas respectivas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolvem:

Art. 1º Ficam definidos os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa Conjunta e dos seus Anexos I a III.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa Conjunta se aplica aos entes da cadeia de produtos vegetais frescos nacionais e importadas quando destinadas ao consumo humano.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa Conjunta são adotadas as seguintes definições:

I- Cadastro Geral de Classificação (CGC/MAPA): procedimento administrativo para registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das pessoas físicas ou jurídicas processadoras, beneficiadoras, industrializadoras e embaladoras de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados sujeitos à classificação, e das pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a executar a classificação desses produtos;

II- cadeia produtiva de produtos vegetais frescos: fluxo da origem ao consumo de produtos vegetais frescos abrangendo as etapas de produção primária, armazenagem, consolidação de lotes, embalagem, transporte, distribuição, fornecimento, comercialização, exportação e importação;

III- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR): documento emitido pelo INCRA, que constitui prova do cadastro do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial;

IV- consumidor: toda pessoa física ou jurídica que adquire produtos vegetais frescos como destinatário final;

V- ente: toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que desenvolve atividades na cadeia produtiva de produtos vegetais frescos em território brasileiro;

VI - insumos agrícolas: todo fator de produção utilizado com o objetivo de garantir a nutrição e a proteção dos vegetais cultivados, de forma a melhorar a produtividade da lavoura e obter um produto final de boa qualidade;

VII - lote: conjunto de produtos vegetais frescos de uma mesma espécie botânica e variedade ou cultivar, produzidos pelo mesmo produtor, em um espaço de tempo determinado e sob condições similares;

VIII - lote consolidado: lote oriundo de dois ou mais lotes de origens diferentes;

IX - produto vegetal fresco: frutas, hortaliças, raízes, bulbos e tubérculos, embalado ou não, destinado à comercialização para o consumo, após os procedimentos de colheita e pós-colheita, cujo estado de apresentação mantém as características de identidade e qualidade do produto vegetal fresco;

X- produtor primário: pessoa física ou jurídica que tem como atividade econômica a produção e comercialização de produtos vegetais frescos;

XI- rastreabilidade: conjunto de procedimentos que permite detectar a origem e acompanhar a movimentação de um produto ao longo da cadeia produtiva, mediante elementos informativos e documentais registrados;

XII - receituário agrônomico: documento contendo a prescrição e orientação técnica para utilização de agrotóxico ou afim, emitido por profissional legalmente habilitado;

XIII- registros: conjunto de elementos informativos e documentais, impressos ou eletrônicos, mantidos pelos entes da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos que assegurem as informações obrigatórias, visando a rastreabilidade;

XIV - tratamento fitossanitário: procedimentos fitossanitários adotados nas etapas de produção e de pós-colheita dos vegetais para o controle de pragas;

XV- unidade de consolidação: o local onde a pessoa física ou jurídica recebe lotes de produtos vegetais frescos de diferentes origens para formar um ou mais lotes consolidados; e

XVI- variedade ou cultivar: produtos de mesma espécie botânica que podem ser agrupados por suas características semelhantes.

Art. 3º A rastreabilidade de que trata esta Instrução Normativa Conjunta será fiscalizada pelos serviços de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de acordo com as competências estabelecidas na Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nas Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e nº 9.972, de 25 de maio de 2000, respectivamente, ou outras que vierem a substituí-las.

Art. 4º. A rastreabilidade deve ser assegurada por cada ente da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos em todas as etapas sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Os registros que assegurem a rastreabilidade devem conter, no mínimo, as informações obrigatórias dispostas nos Anexos I e II desta Instrução Normativa Conjunta, nos seguintes casos:

I - nos estabelecimentos que compõem a etapa de produção;

II - nos estabelecimentos que beneficiam ou manipulam produtos vegetais frescos; e

III - nas demais etapas da cadeia produtiva (transporte, armazenamento, consolidação e comercialização).

Art. 5º Cada ente deve manter, no mínimo, registros das informações obrigatórias dispostas nos Anexos I e II desta Instrução Normativa Conjunta e a nota fiscal ou documento correspondente, de forma a garantir a identificação do ente imediatamente anterior e posterior da cadeia produtiva e dos produtos vegetais frescos recebidos e expedidos.

Art. 6º Os produtos vegetais frescos, ou seus envoltórios, suas caixas, sacarias e demais embalagens devem estar devidamente identificados de forma a possibilitar o acesso, pelas autoridades competentes, aos registros com as informações obrigatórias e documentais em conformidade com o art. 5º, observadas as legislações específicas sobre embalagens e rotulagem de produtos destinados à alimentação humana.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012018020800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INC ANVISA-MAPA nº 02 de 07/02/2018

- ✓ **Lei nº 9.972/2000:** *Lei da Classificação*
- ✓ **Decreto nº 6.268/2007:** *Regulamentação da Lei 9.972/00, estabelece procedimentos, responsabilidades;*
- ✓ **Lei nº 7.802/89** (Lei dos Agrotóxicos)
- ✓ **Decreto nº 4.047/02** (Regulamenta a Lei dos Agrotóxicos)

➔ **Normas Complementares:** *Padrões Oficiais de Classificação*

IMPORTÂNCIA DA RASTREABILIDADE

- ✓ **Identifica devidamente o produto;**
- ✓ **Possibilita conhecer a origem do produto;**
- ✓ **Possibilita saber o destino do produto;**
- ✓ **Facilita o fluxo de informação do produtor para o consumidor e vice-versa;**
- ✓ **Diferenciação mercadológica e melhores características qualitativas**
- ✓ **Possibilita conhecer a causa e aplicar medidas corretivas para mitigar a ocorrência de violações**

OBJETIVOS DA ATUAÇÃO REGULATÓRIA

- ✓ **Co-responsabilizar** os entes da cadeia produtiva de frutas e hortaliças frescas com a qualidade e segurança dos alimentos comercializados;
- ✓ **Promover** a rastreabilidade de produtos vegetais, assim como, dos processos produtivos e de comercialização;
- ✓ **Controle e racionalização** do uso de agrotóxicos no setor primário;
- ✓ **Prevenção ou minimização** dos riscos da ocorrência de perigos (físicos, químicos e microbiológicos) aos consumidores.

INC ANVISA-MAPA nº 02 de 07/02/2018

PRODUTOS A SEREM FISCALIZADOS

ANEXO III – *Prazo para implementação da Rastreabilidade em diferentes cadeias produtivas.*

Grupos	180 dias	360 dias	720 dias
Frutas	Citrus, Maçã e Uva	Melão, Morango, Coco, Goiaba, Caqui, Mamão, Banana e Manga	Abacate, Abacaxi, Anonáceas, , Cacau, Cupuaçu, Kiwi, Maracuja, Melancia Romã, Acaí, Acerola, Amora, Ameixa, Caju, Carambola, Figo, Framboesa, Marmelo, Nectarina, Nêspira, Pêssego, Pitanga, Pera e Mirtilo.
Raízes, Tubérculos e Bulbos	Batata	Cenoura, Batata doce, Beterraba, Cebola, Alho	Cara, Gengibre, Inhame, Mandioca, Mandioquinha-salsa, Nabo, Rabanete, Batata yacon.
Hortaliças folhosas e Ervas aromáticas frescas	Alface e Repolho	Couve, Agrião, Almeirão, Brócolis, Chicória, Couve-flor.	Couve chinesa, Couve de Bruxelas, Espinfre, Rúcula, Alho Porro, Cebolinha, Coentro, Manjeriço, Salsa, Erva-doce, Alecrim, Estragão, Manjerona, Salvia, Hortelã, Orégano, Mostarda, Acelga, Aipo, Aspargo.
Hortaliças não folhosas.	Tomate e Pepino	Pimentão, Abóbora, e bobrinha	Beringela, Chuchu, Jiló, Maxixe, Pimenta, Quiabo.

ONDE OS PRODUTOS SERÃO FISCALIZADOS:

- ✓ Varejistas;
- ✓ Centro de distribuição;
- ✓ Atacadistas;
- ✓ Importadores;
- ✓ Estabelecimentos beneficiadores ou manipuladores
- ✓ Packing house;
- ✓ Armazenadores e
- ✓ Consolidadores

QUANDO OS PRODUTOS SERÃO FISCALIZADOS

Prioritariamente nas seguintes situações:

- ✓ Durante a execução das ações do PNCRC/Vegetal 2018;
- ✓ Por ocasião das ações de fiscalização executadas para fins de investigação das não conformidades identificadas no PNCRC/Vegetal 2018 e de anos anteriores;
- ✓ Por ocasião das ações de fiscalização executadas para fins de investigação das não conformidades relacionadas à presença de resíduos de agrotóxicos recebidas através de notificações internacionais;
- ✓ Na execução das ações de fiscalização programadas no Plano Operativo Anual da Inspeção Vegetal – POA 2018.

INFORMAÇÕES QUE **SERÃO FISCALIZADAS**

Verificação do registro das informações obrigatórias **MÍNIMAS**, referente ao **ENTE anterior** na cadeia produtiva, previstas no **ANEXO I - Informações obrigatórias do ente anterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas**, quais sejam:

1 – Informações do Produto Vegetal

1.1- Nome do produto vegetal	1.2- Variedade ou cultivar
1.3- Quantidade do produto recebido	1.4- Identificação do lote
1.5- Data do recebimento do P.V	

2 – Informações do Fornecedor

2.1- Nome ou Razão Social	2.2 – CPF, I.E ou CNPJ ou CGC/MAPA
2.3- Endereço completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR	

INC ANVISA-MAPA nº 02 de 07/02/2018

INFORMAÇÕES QUE SERÃO FISCALIZADAS

Verificação do registro das informações obrigatórias **MÍNIMAS**, referente ao **ENTE posterior** na cadeia produtiva, previstas no **ANEXO II - Informações obrigatórias do ente anterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas**, quais sejam:

1 – Informações do Produto Vegetal

1.1- Nome do produto vegetal

1.2- Variedade ou cultivar

1.3- Quantidade do produto recebido

1.4- Identificação do lote

1.5- Data do recebimento do P.V

2 – Informações do Comprador

2.1- Nome ou Razão Social

2.2 – CPF, I.E ou CNPJ ou CGC/MAPA

2.3- Endereço completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR

PROCEDIMENTOS ADICIONAIS

- ✓ Verificar se o estabelecimento adota algum sistema público (legislação municipal ou estadual) ou privado de rastreabilidade. Em caso positivo, analisar se o sistema adotado atende aos procedimentos para aplicação da rastreabilidade definidos pela INC Anvisa/Mapa nº 2/2018;
- ✓ Verificar a adoção de mecanismos de guarda ou arquivamento dos registros das informações mínimas obrigatórias pelo prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da validade ou da expedição do produto.

CONSIDERAÇÕES:

- ✓ Considerando a complexidade do tema abordado pela INC Anvisa/Mapa nº 2/2018 e, de maneira adicional, a diversidade operacional do mercado das frutas e hortaliças, **as ações de fiscalização estão recomendadas a serem executadas até 31 de dezembro de 2018 em caráter orientativo**, de maneira a permitir a adequação dos entes envolvidos e reduzir os impactos causados pela implantação dos procedimentos obrigatórios de rastreabilidade estabelecidos pelo regulamento.

Obrigada!

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

GOVERNO
FEDERAL

www.agricultura.gov.br

*Rosana Ribeiro de Vasconcellos
Auditora Fiscal Federal Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA*

Fone/Voip: 61 3218 3073

Endereço eletrônico: rosana.vasconcellos@agricultura.gov.br